Uma mirada no desenvolvimento regional desde o Movimento Zapatista (México)

**Diego Boehlke Vargas[[1]](#footnote-1)**

**Ivo Marcos Theis[[2]](#footnote-2)**

**Resumo**

O desenvolvimento regional enquanto um “campo” tem sido reconhecido como fato (dimensão positiva) e como estratégia (dimensão normativa), cujos caminhos propositivos divergem entre si, (i) incorporando as funções de regulação do Mercado, e/ou (ii) admitindo a atuação do Estado. O objetivo deste artigo é vislumbrar um caminho que entende a superação das condições materiais como prioridade para a evitar a (re)criação das disparidades regionais por meio da autonomia de cada comunidade regional. Especificamente, procura analisar a autonomia revelada pelo Movimento Zapatista (México). Na análise das informações destaca-se o uso da documentação indireta; o método bibliográfico-documental foi privilegiado na revisão da literatura e de documentos. Os resultados revelam que uma possibilidade quanto à permanente criação de disparidades regionais estaria organizada a partir do reconhecimento da autonomia por parte dos próprios movimentos sociais. Passados 30 anos desde sua constituição, a autonomia incitada no Estado de Chiapas desde o Movimento Zapatista reconstrói-se permanentemente por meio de uma estrutura hierárquica, porém, muito bem integrada e participativa, abrindo espaço para novas autonomias, após anos de amadurecimento, acertos, erros, construção e consolidação.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais. Desenvolvimento Regional. México. Movimento Zapatista.

A look at regional development since the Zapatista movement (Mexico)

**Abstract**

Regional development as a “field” has been recognized as a fact (positive dimension) and as a strategy (normative dimension), whose propositional paths diverge from each other, (i) incorporating the regulatory functions of the Market, and/or (ii) admitting the action of the State. The objective of this article is to glimpse a path that understands the overcoming of material conditions as a priority to avoid the (re)creation of regional disparities through the autonomy of each regional community. Specifically, it seeks to analyze the autonomy revealed by the Zapatista Movement (Mexico). In the analysis of the information, the use of indirect documentation stands out; the bibliographic-documentary method was privileged in the review of the literature and documents. The results reveal that a possibility regarding the permanent creation of regional disparities would be organized from the recognition of autonomy by the social movements themselves. Thirty years after its constitution, the autonomy incited in the State of Chiapas since the Zapatista Movement is permanently reconstructed through a hierarchical structure, but one that is very well integrated and participatory, opening space for new autonomies, after years of maturation, successes, mistakes, construction and consolidation.

**Keywords:** Social movements. Regional development. Mexico. Zapatista Movement.

1 Introdução

O presente artigo procurar descortinar uma interrelação ainda pouco debatida teoricamente entre autodeterminação social e desenvolvimento regional. Mas, além disto, seus resultados científicos e proposição podem ser utilizados como pano de fundo para subsidiar demais estudos do desenvolvimento regional e territorial, muitos dos quais vem sendo realizados por investigadores vinculados a Programas de Pós-Graduação no Brasil e no México.

O desenvolvimento regional enquanto um “campo” tem sido reconhecido como fato (dimensão positiva) e como estratégia (dimensão normativa), cujos caminhos propositivos divergem entre si, (i) incorporando as funções de regulação do Mercado, e/ou (ii) admitindo a atuação do Estado. O objetivo deste artigo é vislumbrar um caminho que entende a superação das condições materiais como fundamental para a evitar a (re)criação das disparidades regionais por meio da autonomia de cada comunidade regional. Especificamente, procura analisar a autonomia revelada pelo Movimento Zapatista (México).

As discussões realizadas a respeito das questões teóricas e metodológicas do desenvolvimento poderão beneficiar-se dos resultados científicos desvelados pela presente investigação uma vez que procura trazer uma compreensão específica sobre a diversidade histórico-cultural, tendo como escala o território mexicano zapatista, por meio de uma abordagem em perspectiva histórica.

Ademais, cabe destacar que os resultados divulgados pelo presente artigo se vinculam a Programas de Pós-Graduação organizados em redes de cooperação internacional, no Brasil e no México, procurando proporcionar ampla visibilidade sobre a discussão entre desenvolvimento regional e a experiência do Movimento Zapatista, um caso de relevância teórica, histórica e prática no cenário internacional da ciência produzida sobre o tema.

Em termos metodológicos, este estudo toma como referência, sobretudo, Quivy; Campenhoudt (1995) e Creswell (2010). Os pressupostos do método de abordagem são de que tanto a noção de desenvolvimento quanto a de desenvolvimento regional na América Latina e no Brasil vem passando por grandes mudanças nos últimos anos (Theis, 2022a; Theis, 2022b). A compreensão do tema se apoia numa abordagem ampla – relativa ao contexto latino-americano e mexicano – permitindo analisar as interrelações entre os processos de autodeterminação social e a regionalidade do desenvolvimento.

Os recursos metodológicos foram definidos pela abordagem qualitativa que possibilite a reflexão sobre os impulsos por autodeterminação social no que diz respeito à experiência do Movimento Zapatista. A perspectiva dialética se apresenta como possibilidade para interpretação das dinâmicas entre espaço e tempo, local e global, particularidades e universalidades (Harvey, 2004). Especialmente no sentido de identificar e analisar áreas internas do movimento que demandam autonomia para vislumbrar novas possibilidades de autodeterminação social (Dinerstein, 2015).

Entre os métodos de procedimentos, utilizou-se por meio da documentação indireta, o método bibliográfico-documental. Na obtenção dos dados, as técnicas de pesquisa privilegiadas foram a pesquisa bibliográfico-documental na revisão de literatura (aqui, também, acadêmica, como relatórios de pesquisa, teses e dissertações), documentos (relatórios, informes oficiais, cartilhas, folhetos) sobre a temática do trabalho.

2 Desenvolvimento regional e autonomia

Os conceitos e as teorias mais críticos a respeito de desenvolvimento regional propõem a compreensão de aspectos multidimensionais que oriundos dos processos de desenvolvimento em determinadas regiões. Entretanto, desenvolvimento regional não está restrito às análises dos campos do desenvolvimento e da região, pois trata-se de um objeto multidisciplinar e suas reflexões buscam compreender, sistematizar e analisar processos de desenvolvimento econômico, social, político e espacial.

Neste sentido, são mobilizadas diferentes disciplinas, como a Economia e a Geografia, embora não se restrinja a essas áreas do conhecimento. Deste modo, os estudos do desenvolvimento regional constituem um conjunto interdisciplinar de análises que se constroem a partir do conhecimento produzido também da Sociologia, Ciência Política, Antropologia, História, e até Arquitetura e Direito (Theis, 2019).

Além de caracterizar desenvolvimento regional por meio de sua evidente interdisciplinaridade, também o podemos realizar quanto a sua natureza de teoria de médio alcance. Desenvolvimento regional não representa uma mera hipótese, mas ainda não configura uma teoria consistente. Pois, é algo que se situa entre a hipótese e a teoria.

As teorias de médio alcance se encontram muito próximas da realidade a ser analisada, podendo ser testadas empiricamente. Por essa razão, os estudos a partir do desenvolvimento regional analisam elementos específicos em uma realidade social, ou seja, estão além de simples hipóteses, não conformam grandes teorias capazes de abarcar de forma geral os sistemas sociais, mas servem de uma espécie de guia para investigações empíricas (Theis, 2019).

Contudo, o que nos interessa aqui é aprofundar o caminho propositivo para desenvolvimento regional enfocado em entender a superação das condições materiais como prioridade para a evitar a (re)criação das disparidades regionais, pelo qual se privilegia a autonomia de cada comunidade regional para a definição de seu projeto societário.

A autonomia pode ser definida, portanto, como um coletivo governado por “por regras autoestabelecidas, por autodeterminação, por auto-organização e por práticas de autorregulação, particularmente em relação ao Estado e às relações sociais, econômicas e culturais capitalistas.” (Böhm; Dinerstein; Spicer, 2010, p. 19, tradução livre).

As raízes históricas da autonomia, sejam as lutas operárias e libertárias e os ideais marxistas autonomistas da década de 1960 na Europa, sejam os movimentos rurais, urbanos e indígenas da América Latina e Brasil, contribuíram para um processo emancipador de escala mundial no contexto da globalização neoliberal (Dinerstein, 2013).

Assim, as experiências autônomas buscam combinar novas formas de intervenção, produção e organização social com políticas emancipatórias questionadoras dos fundamentos do capitalismo (Rey, 2004). No âmbito das experimentações práticas e das análises políticas – auto-organização ou autogoverno, autorrepresentação, autodeterminação, autogestão – a autonomia foi transformada na América Latina em uma estratégia revolucionária no século XXI. Uma das diferenças entre os movimentos autônomos e outros organizações sociais está no fato de os processos autônomos terem iniciado “uma construção complexa e promissora, mantendo uma relativa distância (discursiva e, também, prática) do Estado e de outras formas institucionalizadas de participação e resistência.” (Dinerstein, 2013, p. 24, tradução livre).

A autonomia ocorre por meio de transformações sociais *desde abaixo*, quando o controle exercido pelo capital e pelo Estado tende a tornar-se maleável e suscetível a adquirir uma nova forma. Durante os breves períodos emancipatórios, práticas e saberes dos dominados tornam-se visíveis e se expandem, possibilitando que suas vozes alcancem espaços de debate e de decisão pública (Gutiérrez Aguilar, 2011, p. 346). Uma alternativa de resistência consciente dos indivíduos, que impulsione e reconheça a autonomia e a autodeterminação social presente em distintos movimentos da sociedade civil organizada, se fundamenta, assim, numa transformação social *desde abaixo*.

3 Um panorama sob o Movimento Zapatista (México)

Logo nas primeiras horas do dia 1º de janeiro de 1994, o Estado de Chiapas, no extremo sul do México, transformou-se em uma zona de Guerra a partir do levante armado organizado pelo Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN). A tomada e a ocupação de sete capitais municipais chiapanecas, San Cristóbal de Las Casas, Altamirano, Las Margaritas, Ocosingo, Oxchuc, Huixtán e Chanal, originou o, então chamado, movimento revolucionário zapatista (Dinerstein, 2015; Dinerstein; Ghiotto; Pascual, 2013). Neste mesmo dia, o EZLN trouxe à tona seu primeiro comunicado oficial, a Primeira Declaração da Selva Lacandona, cujo conteúdo informava os propósitos políticos e sociais do movimento, bem como convocava a todos e a todas interessados e interessadas a unirem-se às forças revolucionárias (EZLN, 1994).

|  |  |
| --- | --- |
| Foto em preto e branco de homem ao lado de um prédio  Descrição gerada automaticamente | Pessoas andando em frente a igreja  Descrição gerada automaticamente |
| Figura 1 – Presença militar no Palácio Municipal, San Cristóbal de las Casas, 1994  Fonte: Fotografia de Arturo Fuentes (Romero Jacobo, 1994, p. 8). | Figura 2 – Museu de San Cristóbal de las Casas, sediado no antigo Palácio Municipal, 2024  Fonte: Fotografia de Diego Boehlke Vargas. |

No mesmo dia em que o México ingressava no Tratado Norte-Americano de Livre Comércio em favor do progresso econômico, centenas de homens armados do EZLN, cooperados com indígenas e campesinos, tomaram por assalto os Palácios Municipais de cidades consideradas estratégicas para os zapatistas. Não tardou para que o exército mexicano cercasse e bombardeasse San Cristóbal de las Casas, além de outros municípios de Chiapas – militarização, aliás, que intensificar-se-ia ao longo da década de 1990 – com a pretensão de retomar o controle político dos municípios (Romero Jacobo, 1994).

|  |  |
| --- | --- |
| Foto em preto e branco de tanque de guerra  Descrição gerada automaticamente | Foto em preto e branco de grupo de pessoas posando para foto  Descrição gerada automaticamente |
| Figura 3 – Tanque do Exército mexicano, San Cristóbal de las Casas, 1994  Fonte: Fotografia de Lucio Blanco (Romero Jacobo, 1994, p. 15). | Figura 4 – Membros do EZLN uniformizados, 1994  Fonte: Fotografia de Arturo Fuentes (Romero Jacobo, 1994, p. 31). |

Embora os conflitos do primeiro semestre de 1994 tenham sido mais intensos, a luta armada do Movimento Zapatista estendeu-se ao longo de mais um ano. Pouco a pouco, seja pelas tentativas de negociação com o Estado mexicano, seja pelo referendo com os indígenas a favor do desarmamento, às armas deram lugar à autonomia. A inspiração estava fortemente amparada na possibilidade de mudar o mundo sem tomar o poder do Estado – perspectiva amplamente analisada por John Holloway (2003, entre outras publicações) – por meio da construção de um *contrapoder* desde as bases sociais. O EZLN integrou-se às comunidades indígenas locais, culminando no conhecido Movimento Zapatista, o qual representou, e continua representando, um grito de dignidade do povo mexicano, reivindicando terra, justiça e liberdade (Dinerstein, 2014, 2015; Dinerstein; Ghiotto; Pascual, 2013).

Ao longo dos seus 30 anos de existência, o Movimento Zapatista deu força para que os *pueblos* concebessem sua “própria” autonomia por meio de diferentes práticas participativas e tomadas de decisão coletivas. Fruto do levante de 1994 – ainda que os antecedentes deste episódio sejam tão relevantes quanto o é de forma isolada – os *pueblos* indígenas puderam, finalmente, discutir prioridades com o poder público; construir escolas e hospitais para uso comum; criar espaços para a resolução de problemas que os afetavam diretamente; emancipar-se das relações de violência possibilitando a permanência de seu modo de vida.

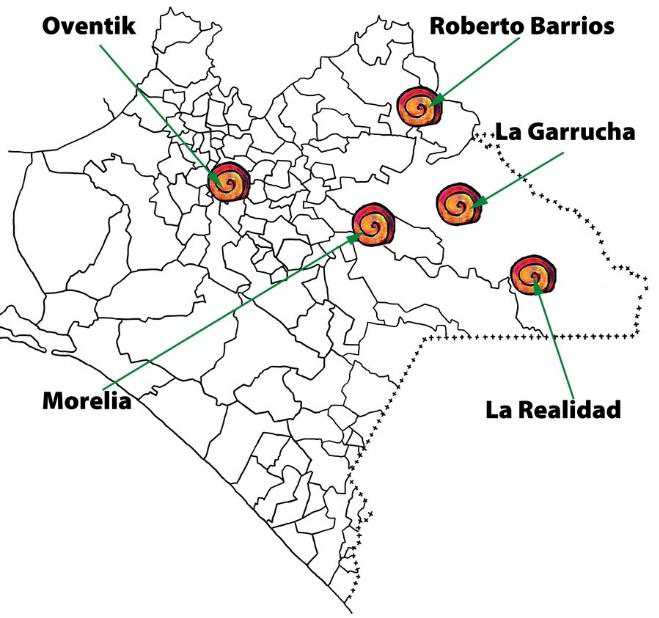
Os processos autônomos presentes no Movimento Zapatista levaram à radicalização da democracia nos territórios, tanto no contexto das *Municipalidades Autónomas Rebeldes Zapatistas* (MAREZ), autodenominadas em 1998 no estado mexicano de Chiapas, quanto pela criação em 2003 dos *Caracoles* e das *Juntas de Buen Gobierno* (JBG). Por meio dessas estruturas sociais, o Movimento Zapatista pôde iniciar uma organização autônoma do território e da política local (Dinerstein; Ghiotto; Pascual, 2013; Marcos, 2004).

Em um panorama, a autonomia zapatista pode ser entendida a partir da convergência, pelo menos, quatro processos: 1) A busca pela autonomia de povos originários, tais como Tzeltales, Tzotziles, Choles, Mams, Zoques, Tojolabals, resultando em diversas rebeliões ao longo da história mexicana, atravessando o processo de colonização pela Espanha, desde o século XVI, a Guerra pela Independência do México, no século XIX, e a Revolução Mexicana, ocorrida nas primeiras décadas do século XX. 2) A relevância da influência da religiosidade na percepção da autonomia em Chiapas, uma vez que que o Movimento Zapatista acabou tornando-se a própria realização prática da Teologia da Libertação, cujas origens estão no então bispo de San Cristóbal de las Casas, Samuel Ruiz. 3) A relação do processo de autonomia zapatista com as guerrilhas do EZLN. A partir do contato entre o EZLN e os povos de Chiapas, o Subcomandante Insurgente Marcos encontraria uma nova perspectiva para a organização guerrilheira na luta contra a hegemonia do Estado e das leis, bem como da própria autonomia para o estado de Chiapas. 4) A traição por parte dos governos nacionais mexicanos e de seus partidos políticos. “Essa falta de ‘honra’ ou respeito aos acordos [entre os zapatistas e o Estado mexicano] constituiu uma experiência em que, segundo as palavras de Marcos, *se abriram as portas para que a luta pela autonomia se aprofundasse*” (Dinerstein; Ghiotto; Pascual, 2013, p. 122, grifos dos autores, tradução livre).

Quanto às formas de autogoverno desenvolvidas pelos zapatistas cabe apresentar um certo histórico da organização político territorial do movimento ao longo de seus 30 anos de existência. O Movimento Zapatista surge organizado por meio de duas estruturas de comando mais definidas, uma com caráter uma civil, a partir do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena Clandestino – Comando Geral (CCRI-CG), e outra estrutura, de caráter militar, o Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN). A partir de 1998 sua autonomia política ocorreu por meio da criação dos Municípios Rebeldes Autônomos Zapatistas (MAREZ) (Rosset; Barbosa, 2024) No nível municipal e local, as *Municipalidades Autónomas Rebeldes Zapatistas* operam como instâncias de auto-organização da sociedade civil formadas por comunidades ou povoados de maior proximidade. O conjunto das 38 MAREZ então existentes ocupavam cerca de 40% do território do estado de Chiapas, compreendendo mais de 1.100 comunidades rebeldes zapatistas, compostas, cada uma, por uma população entre 300 e 400 pessoas (Dinerstein; Ghiotto; Pascual, 2013).

Desde 2003 se organizou no Movimento Zapatista um processo de fortalecimento civil, dando origem a comunidades autônomas rebeldes. As novas formas de autogoverno desenvolvidas pelos zapatistas se refletiram na criação dos *Caracoles* e das *Juntas de Buen Gobierno* *(JBG)*. Os *Caracoles* são espaços de organização das comunidades autônomas zapatistas a nível regional. Foram estabelecidos em substituição às *Aguascalientes*, sendo que em cada uma delas opera um *Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General* *(CCRI-CG)* – considerados os centros de comando do EZLN – e, também, uma *Junta de Buen Gobierno (JBG)*. Assim como eram as *Aguascalientes*, cinco foram os *Caracoles*. Em 2019, onze espaços de autogoverno coletivos e rotativos foram adicionados aos *Caracoles*, e redenominados para *Centros de Resistencia Autónoma y Rebeldía Zapatista (CRARZ)* (Rosset; Barbosa, 2021, 2024) (ver Figura 1, a seguir).

**Figura 1 Estado de Chiapas (México), localização das *Aguascalientes***



Fonte: Adaptado de Silveira (2016, p. 11).

A diferença entre os *Caracoles* e as *Juntas de Buen Gobierno* estava na complexidade da participação popular e decisão, embora ambas as instâncias estivessem conectadas entre si e o poder sempre estivesse diretamente no povo. Enquanto nos *Caracoles* ocorriam os encontros entre as comunidades autônomas indígenas zapatistas, nas *Juntas de Buen Gobierno* instauravam-se atores, processos e organizações governamentais autônomas para a gestão política no nível regional. As sedes das *Juntas de Buen Gobierno* ficavam nos *Caracoles*, mas as decisões tomadas implicavam todas as *Municipalidades Autónomas Rebeldes Zapatistas* *(MAREZ)* e demais comunidades compreendidas (Dinerstein; Ghiotto; Pascual, 2013; Espinoza, 2006).

Os *Caracoles* sempre foram a parte mais visível do Movimento Zapatista, nos quais se manifestavam a organização interna dos povos autônomos de Chiapas, funcionando como caminho de entrada e saída das comunidades autônomas. É o espaço onde se encontravam escolas, salas destinadas para assembleias, áreas de descanso e esportes, centros de saúde, representações das cooperativas zapatistas (Dinerstein, 2015; Dinerstein; Ghiotto; Pascual, 2013).

As MAREZ, junto das JBG e dos Caracoles formavam um processo autônomo de tomada de decisões no interior do Movimento Zapatista. Cada comunidade, cada povoado, nomeava suas próprias autoridades, agentes municipais e membros dos Conselhos Autônomos – as instâncias máximas de decisão no nível local. Por sua vez, eram nos Conselhos Autônomos municipais que se realizava a escolha dos representantes para as *Juntas de Buen Gobierno,* resultando numa composição pluriétnica. As JBG agrupavam, assim, vários municípios, concentrando-se, por exemplo, na administração da justiça, na mediação de conflitos, na outorga de certificados e documentos de identidade. Mas, também, procuravam orientar planos e estratégias econômicas para a região de competência, bem como o esquema de ações com objetivos relacionados à saúde, educação e bem-estar (Dinerstein; Ghiotto; Pascual, 2013; Rosset; Barbosa, 2021).

Esta estrutura de autonomia política e territorial criada em 1998 e fortalecida a partir de 2003 resistiu a duas décadas por meio de uma ampla participação na direção da construção de uma democracia de base. Ao final do ano de 2023, os informes oficiais do EZLN trouxeram à público a redefinição de sua estrutura para a autonomia zapatista por meio de Governos Autônomos Locais (GAL), Coletivos de Governos Autônomos Zapatistas (CGAZ) e Assembleias de Coletivos de Governos Autônomos Zapatistas (ACGAZ).

Os Governos Autônomos Locais (GAL), substituindo os Munícipios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ), são a base principal para se estabelecer a autonomia coordenada por agentes e comissários definidos nas Assembleias. Em cada GAL se define o controle do uso dos recursos autônomos disponíveis, tais como escolas, clínicas de saúde, bem como intermedia a relação com *pueblos hermanos* vizinhos não-zapatistas.

Os Coletivos de Governos Autônomos Zapatistas (CGAZ), que passam a atuar no lugar das *Juntas de Buen Gobierno* *(JBG)*, são convocados conforme as necessidades e demandas de um conjunto de Governos Autônomos Locais (GAL). Ao nível dos CGAZ estão os coordenadores de áreas como saúde, educação, agroecologia, justiça, comércio, entre outras que se requeira atenção.

As Assembleias de Coletivos de Governos Autônomos Zapatistas (ACGAZ) estão vinculadas aos CGAZ, por sua vez, atreladas aos GAL. Os CGAZ podem, desta forma, solicitar a instalação de uma Assembleia com o fim de decidir e deliberar a respeito de um tema específico. As Assembleias possuem como sede os Caracoles, mas podem se movimentar entre as regiões conforme as demandas de cada *pueblo* (EZLN, 2023; Rosset; Barbosa, 2024).

|  |  |
| --- | --- |
| Caminho em meio à vegetação  Descrição gerada automaticamente | Placa na floresta  Descrição gerada automaticamente |
| Figura 5 – Estrada no Estado de Chiapas, México, com destaque, 2024  Fonte: Fotografia de Diego Boehlke Vargas, 16 jun. 2024. | Figura 6 – Placa do Ejido Bolon Ajaw, situando o *Gobierno Autónomo Local*  Fonte: Fotografia de Diego Boehlke Vargas, 16 jun. 2024. |

Esta estrutura hierárquica, porém, muito bem integrada e participativa, abre espaço para novas autonomias em Chiapas, após anos de amadurecimento, acertos, erros, construção e consolidação. Não se apagou o passado, mas fortaleceu-se dinâmicas autônomas de participação nas decisões sobre e nas possibilidades para o território zapatista.

4 Resultados e discussões

O movimento de redução das desigualdades sócio-espaciais deve ir além das proposições tradicionais que buscam soluções na dualidade entre Estado e Mercado, uma vez que ambos enfocam uma via única de progresso para as diferentes populações, capitaneada por crescimento econômico. Deste modo, se entende que “as desigualdades poderão ser extintas se os membros das comunidades regionais recuperarem sua autonomia.” (Theis, 2019, p. 355). Fruto desta análise, desenvolvimento regional passa a ser entendido como um campo de estudo que, em termos normativos, impulsiona e reconhece a autonomia e a autodeterminação social presente em distintos movimentos da sociedade civil organizada.

Uma dinâmica social que se estabelece a partir da autodeterminação possui a autonomia como sua manifestação interna, a qual pode ocorrer em variados níveis, a depender da amplitude do autogoverno e das diferentes estratégias. Os graus de autonomia tendem a variar, por sua vez, relativamente à presença quantitativa, social e política de uma comunidade – ou seja, “sua capacidade de pressão, de ameaça, de negociação com o Estado” (Aparicio Wilhelmi, 2009, p. 16, tradução livre).

Nesta direção, indica-se uma alternativa ao desenvolvimento enquanto um processo positivado, cuja estratégia normativa consiste, fundamentalmente, na resistência consciente dos indivíduos sob as condições nas quais são submetidos no que diz respeito à relação-capital (Theis, 2022a), cuja dinâmica aparece reiterada continuamente pela assim chamada acumulação primitiva (Marx, 1985; Bonefeld, 2001).

Uma alternativa de resistência consciente dos indivíduos, que impulsione e reconheça a autonomia e a autodeterminação social presente em distintos movimentos da sociedade civil organizada, se fundamenta, assim, numa transformação social desde abaixo (Gutiérrez Aguilar, 2011).

Os resultados da discussão sobre a autonomia zapatista no México permitem revelar conhecimento e sutilezas sobre a constituição do Movimento Zapatista em Chiapas (México), bem como aspectos específicos de sua organização territorial em torno das *Municipalidades Autónomas Rebeldes Zapatistas* (MAREZ), dos *Caracoles* e das *Juntas de Buen Gobierno* (JBG), além dos *Centros de Resistencia Autónoma y Rebeldía Zapatista* (CRARZ).

Mais recentemente, demonstrando o processo de contínua (re)construção da autonomia, uma série de comunicados oficiais do EZLN trouxe um novo direcionamento para a organização zapatista, por meio do *Gobierno Autónomo Local* (GAL), dos *Colectivos de Gobiernos Autónomos Zapatistas* (CGAZ), e das *Asambleas de Colectivos de Gobiernos Autónomos Zapatistas* (ACGAZ) (Rosset; Barbosa, 2024; EZLN, 2023).

Uma mirada no desenvolvimento regional desde o Movimento Zapatista (México) permite vislumbrar autonomia/s em construção, *pueblos* que lutam por autodeterminação social, pertencimento regional, mas, raramente, desenvolvimento – ao menos este que vêm sendo alimentado pelas estratégias políticas do Estado em conluio com o Mercado.

Referências

APARICIO WILHELMI, M. La libre determinación y la autonomía de los pueblos indígenas: el caso de México. *Boletín mexicano de derecho comparado*, v. 42, n. 124, p. 13-38, 2009.

BONEFELD, Werner. The permanence of primitive accumulation: commodity fetishism and social constitution. *The Commoner*, n. 2, 2001. p. 1-15.

BÖHM, Steffen; DINERSTEIN, Ana C.; SPICER, André. (Im)possibilities of autonomy: social movements in and beyond Capital, the State and Development. *Social Movement Studies*, v. 9, n. 1, p. 17-32, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/14742830903442485>

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa*: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DINERSTEIN, Ana Cecilia. La autonomía y sus imaginarios prácticos en permanente construcción. In: DINERSTEIN, Ana C. *et al.* (ed.). *Movimientos sociales y autonomía colectiva*: la política de la esperanza en América Latina. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013. p. 21-37. (Claves del Siglo XXI, n. 13).

DINERSTEIN, Ana Cecilia. *The politics of autonomy*: the art of organising hope. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

DINERSTEIN, Ana Cecilia; GHITOO, Luciana; PASCUAL, Rodrigo. Los zapatistas y la construcción del “nosotros revolucionario”. In: DINERSTEIN, Ana C. *et al.* (ed.). *Movimientos sociales y autonomía colectiva*: la política de la esperanza en América Latina. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013. p. 117-146. (Claves del Siglo XXI, n. 13).

ESPINOZA, Manuel Ignacio Martínez. Las Juntas de Buen Gobierno y los Caracoles del movimiento zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno. *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, v. 5, n. 1, 2006, p. 215-233.

EZLN. Ejército Nacional de Liberación Nacional. *Primera Declaración de la Selva Lacandona*. Enlace Zapatista. Enero de 1994. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona>. Acesso em: 21 abr. 2024.

EZLN. Ejército Zapatista de Liberación Nacional. *Novena Parte*: la Nueva Estructura de la Autonomía Zapatista. 2023. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2023/11/12/novena-parte-la-nueva-estructura-de-la-autonomia-zapatista>. Acesso em: 9 set. 2024.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. Sobre la autorregulación social: imágenes, posibilidades y límites. In: ADAMOVSKY, Ezequiel et al. (org.). *Pensar las autonomías*. Alternativas de emancipación al capital y al Estado. 1. ed. México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra, 2011. p. 343-365.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004. 382 p.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*: o significado da revolução hoje. São Paulo: Editora Viramundo, 2003. Tradução: Emir Sader.

MARCOS, Subcomandante. Chiapas: a décima terceira estela. *Pegada*, v. 5, n. 1 e 2, nov., 2004.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política (vol. 1, tomo 2). Trad. R. Barbosa; F. R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

REY, Mabel Thwaites. *La autonomía como búsqueda, el estado como contradicción*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

ROMERO JACOBO, César. *Los altos de Chiapas. La voz de las armas*. México, D.F.: Grupo Editorial Planeta, 1994. 208p.

ROSSET, P. M.; BARBOSA, L. P. Autonomía y los movimientos sociales del campo en América Latina: un debate urgente. *Aposta*. Revista de Ciencias Sociales, n. 89, abr-mai-jun, p. 8-31, 2021.

ROSSET, Peter Michael; BARBOSA, Lia Pinheiro. Concepções e exercícios da autonomia entre os movimentos indígenas e camponeses da América Latina. *Revista NERA*, Presidente Prudente, SP, v. 27, n. 2, e9944, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v27i2.9944>

SILVEIRA, Renata Ferreira da. Apontamentos sobre as territorialidades zapatistas. In: Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2., 2016, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Prolam/USP, 2016.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 334-360, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.13670>

THEIS, Ivo Marcos. *Hic et nunc*: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de desenvolvimento regional? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, n. 1, p. 1-23, jan./dez. 2022a. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202224pt>

THEIS, Ivo Marcos. Uma nova agenda de desenvolvimento regional para a América Latina? In: HERNÁNDEZ, Jorge Luis; CIVITARESI, Héctor Martín; SILVEIRA, Rogerio Leandro Lima da. (org.). *Dinámicas territoriales en América Latina*: la necesidad de repensar y proponer una nueva agenda de desarrollo regional posneoliberal. 1. ed. Río Cuarto/Argentina: UniRío Editora, 2022b, p. 248-267.

1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Brasil. E-mail: [vargasdb@gmail.com](mailto:vargasdb@gmail.com). Bolsista de doutorado do Programa de Demanda Social (DS) da CAPES. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Brasil. E-mail: [theis@furb.br](mailto:theis@furb.br). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. [↑](#footnote-ref-2)